

Anexo IV

Metas Fiscais

IV.8 – Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025

(Art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 44, veda a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

A Tabela, a seguir, conforme disposto no inciso III, § 2º do art. 4º, da LRF, demonstra a receita de capital oriunda da alienação de ativos em 2023, que totalizou R\$ 653,32 milhões, em sua maioria referente a bens imóveis. Na aplicação desses recursos, observa-se que houve uma concentração das despesas com investimentos, no valor aproximado de R\$ 172,53 milhões, que representaram 96,07% do total das despesas com recursos de alienação de ativos, que foi de R\$ 179,59 milhões.

Em relação ao exercício de 2022, houve redução das receitas de alienação de ativos e da aplicação desses recursos, quando houve arrecadação de R\$ 963,71 milhões com alienação de ativos, sendo gastos R\$ 393,71 milhões com esses recursos. Isso significa que, em 2023, houve redução nas receitas de alienação de ativos na ordem de 32,21%, ao passo que a aplicação desses recursos reduziu em 54,38% em relação ao exercício anterior, onde foram gastos aproximadamente R\$ 393,71 milhões deste tipo de recurso. Os valores oficiais publicados podem ser visualizados na tabela abaixo.

Tabela – Demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social 2021, 2022 e 2023

R\$ milhares

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023			JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022			JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021		
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE CAPITAL										
Alienação de Ativos		503.029	653.324	-150.295	2.405.625	963.709	1.441.916	1.852.198	8.217.368	-6.365.170
Alienação de Bens Móveis		22.027	282.074	-260.047	2.194.056	447.613	1.746.443	1.421.245	7.858.775	-6.437.530
Alienação de Bens Imóveis		481.002	351.206	129.796	211.569	500.931	-289.362	430.953	344.740	86.213
Alienação de Bens Intangíveis		0	20.044	-20.044	0	15.165	-15.165	0	13.853	-13.853
TOTAL		503.029	653.324	-150.295	2.405.625	963.709	1.441.916	1.852.198	8.217.368	-6.365.170
DESPESAS										
APLICAÇÃO DOS REC. ALIEN. DE ATIVOS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS (d)	SALDO A EXECUTAR (c-d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS (d)	SALDO A EXECUTAR (c-d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS (d)	SALDO A EXECUTAR (c-d)
Despesas de Capital		147.075	179.593	-32.518	2.211.910	393.709	1.818.201	1.459.099	400.753	1.058.346
Investimentos		115.104	172.532	-57.429	61.266	59.155	2.111	49.019	26.644	22.375
Inversões Financeiras		31.972	7.061	24.911	469.227	3.839	465.388	1.396.023	279.378	1.116.645
Amortização/Refin. da Dívida		0	0	0	1.681.417	330.715	1.350.702	14.057	94.731	-80.674
Desp. Corr. dos Regimes de Previdência		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regime Próprio dos Ser. Públicos		0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		147.075	179.593	-32.518	2.211.910	393.709	1.818.201	1.459.099	400.753	1.058.346
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	EXERCÍCIO (f) = (b-d)	SALDO ATUAL (e+f)	EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	EXERCÍCIO (f) = (b-d)	SALDO ATUAL (e+f)	EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	EXERCÍCIO (f) = (b-d)	SALDO ATUAL (e+f)
		26.812.087	473.731	27.285.818	26.242.087	570.000	26.812.087	18.425.472	7.816.615	26.242.087

Fonte: STN/CCONT/GEINF

(1) Inclui despesas empenhadas, mas não efetivamente liquidadas, inscritas em restos a pagar não-processados, consideradas executadas no encerramento do exercício, por força da Lei nº 4.320/64.